

**HABEAS CORPUS Nº 526.583 - MG (2019/0237393-7)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : ESTEVAO FERREIRA DE MELO E OUTROS  
**ADVOGADOS** : ESTEVÃO FERREIRA DE MELO - MG096241  
CAMILLA COSTA CARVALHO DE MELO - MG135935  
BEATRIZ VASCONCELOS COELHO MELO - MG197531  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : DANIEL DE OLIVEIRA FIDELIS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. DIREITO PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. SENTENÇA CONDENATÓRIA. REGIME PRISIONAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. VEDAÇÃO DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE CIRCUNSTÂNCIAS CONCRETAS. *PERICULUM LIBERTATIS* NÃO DEMONSTRADO. ORDEM DE *HABEAS CORPUS* PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, CONCEDIDA.

1. A tese defensiva relativa ao regime prisional não foi enfrentada pelo Tribunal de origem, o que impede sua cognição por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância.

2. A decretação da prisão preventiva, notadamente em razão da sua excepcionalidade, impõe a indicação de circunstâncias concretas que demonstrem o *periculum libertatis*. Precedentes.

3. No caso, é inidônea a fundamentação apresentada pelo Juízo *a quo* para manter a prisão processual e, conseqüentemente, negar o apelo em liberdade, pois, para tanto, apenas citou, genericamente, a fixação do regime fechado e a hediondez do delito. Precedentes.

4. Ordem de *habeas corpus* parcialmente conhecida e, nessa extensão, concedida para revogar a custódia cautelar do Paciente, se por outro motivo não estiver preso, sem prejuízo de nova decretação de prisão provisória, por fato superveniente a demonstrar a necessidade da medida ou da fixação de medidas cautelares alternativas (art. 319 do Código de Processo Penal), desde que de forma fundamentada.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, conhecer parcialmente do pedido e, nesta extensão, conceder a ordem, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Dr(a). BEATRIZ VASCONCELOS COELHO MELO, pela parte  
PACIENTE: DANIEL DE OLIVEIRA FIDELIS

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora